

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INDÍGENA ASURINÍ DO TROCARÁ

Aida Suanam Rodrigues dos Santos¹

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar²

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a Educação Física na escola indígena Asuriní do Trocará, para tanto se investigou, como está disciplina se situa no currículo das secretárias de educação, como ocorre o processo de ensino aprendizagem na escola Asuriní e de que maneira a Educação Física e desenvolvida na mesma. Nos dias atuais, a escola veio somar-se aos povos indígenas à luta pelos direitos sociais. Nesse sentido, esse espaço deve ser direcionado para os valores e a visão de mundo desses povos, que por fomentar princípios educacionais diferenciados das demais escolas do sistema de ensino, deve buscar atender a especificidade de cada povo indígena. Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados 7 alunos da escola Asuriní deste modo utilizou-se do enfoque crítico-dialético, delineamento de estudo de campo e abordagem qualitativa. A técnica da coleta de dados utilizou entrevistas semi-estruturadas e a análise dos dados foi feita através da análise do conteúdo. Constatou-se que a prática diária do futebol na comunidade e a escolha do professor por conteúdos esportivos durante as aulas não dão conta de uma educação pautada no princípio da interculturalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Currículo Intercultural; Escola Indígena.

INTRODUÇÃO

Inicialmente cabia ao governo apenas o papel de integrar os índios a sociedade na busca de uma “homogeneidade nacional”. Esse processo integracionista determinava a predominância da cultura não indígena sobre a educação indígena. Somente com a promulgação da Constituição de 1988 as sociedades indígenas tiveram reconhecidas suas organizações sociais, línguas e o direito a uma educação escolar intercultural, diferenciada e específica.

Especificamente no campo da educação vários textos complementares e legais surgiram para referendar sua oferta de maneira específica, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB promulgada em 1996, que veio garantir a oferta de uma educação escolar intercultural e bilíngüe e a Resolução n.º 3/ 99, do Conselho Nacional de Educação, que fixou diretrizes para o funcionamento, organização e estrutura das escolas indígenas.

Com o objetivo de oferecer subsídios para que fossem elaborados e implementados programas educacionais, o Governo Federal criou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI, que

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará.

² Professora Doutora da Universidade do Estado do Pará e orientadora da pesquisa.

propõe que sejam respeitadas as particularidades, a originalidade de linguagens, valores, símbolos e os diferentes estilos de comportamento que foram criados e recriados em seu contexto histórico e social peculiar.

Assim como outras matérias a Educação Física está inserida no rol de disciplinas tratadas no RCNEI. Entretanto, muitas têm sido as distorções nas abordagens pedagógicas dessa disciplina no âmbito da escola indígena. A falta de professores qualificados, a incompreensão de sua função e a produção de materiais didáticos inadequados são alguns dos exemplos que geram tais problemáticas.

O RCNEI reafirma a importância da Educação Física na escola indígena quando propõe orientações para construção, transmissão de conhecimentos e valores referentes ao uso do corpo durante as aulas. Todavia, percebe-se que esse documento, em certos momentos, não consegue distinguir o que são atividades físicas cotidianas da Educação Física em contextos indígenas.

Observa-se que apesar das propostas curriculares oficiais, como o RCNEI, abordarem o ensino da Educação Física, os conteúdos didáticos apresentados não são suficientes para orientar plenamente a prática pedagógica dos professores dessa área, haja vista que cada povo apresenta manifestações étnicas específicas e que precisa ser pensada de forma articulada aos conhecimentos próprios e tradicionais.

Na perspectiva de verificar como esse fenômeno ocorre numa realidade indígena priorizou-se como objeto geral de pesquisa a analisar a Educação Física na escola indígena Asurini do Trocará. Para tanto, buscou-se saber como a Educação Física se situa no currículo das secretarias de educação do estado do Pará; como ocorre o processo de ensino-aprendizagem nessa escola Asuriní e de que maneira a Educação Física é desenvolvida na mesma.

Logo para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados sete alunos da escola Asuriní utilizando o enfoque crítico-dialético, delineamento de estudo de campo e abordagem qualitativa. A técnica da coleta de dados utilizou entrevistas semi-estruturadas e a análise dos dados foi feita através da análise do conteúdo.

ESCOLA INDÍGENA E EDUCAÇÃO FÍSICA

A partir da década de 1980, após muitas lutas dos povos indígenas, inúmeras leis, decretos, planos e projetos vieram regulamentando seus direitos. A educação escolar indígena se consolidou por meio da promulgação da Constituição de 1988 e se concretizou pelo Decreto 26/91, que retirou a incumbência exclusiva da FUNAI de conduzir os processos de educação escolar nessas sociedades, atribuindo ao Ministério da Educação (MEC) a coordenação das ações, e sua execução aos estados e municípios.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - 9394/96, também veio garantir em seus artigos 78 e 79, a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural.

Apesar da existência de diferentes concepções que tratam da temática das relações culturais que sustentam a intervenção na realidade constituída pela pluralidade social brasileira, têm-se entre elas principalmente a multiculturalidade e a interculturalidade.

Encontra-se na literatura um amplo debate sobre as diferenças e aproximações entre multiculturalismo e interculturalismo, bem como suas implicações sobre a educação. Fleuri (2003, p. 27) faz uma distinção entre os termos segundo ele, “o multiculturalismo é visto como o reconhecimento de que em um mesmo território existem diferentes culturas, enquanto interculturalismo é uma maneira de intervenção diante dessa realidade, que tende a colocar a ênfase na relação entre culturas”. De acordo com Candau:

(...) o multiculturalismo é, de um lado, um dado da realidade – vivemos em sociedades multiculturais. Por outro lado, supõe uma tomada de posição diante dessa realidade, do ponto de vista teórico e das práticas sociais e educativas. Já o interculturalismo consideramos como um enfoque que afeta a educação em todas as suas dimensões, favorecendo uma dinâmica de críticas e autocríticas, valorizando a interação e comunicação recíprocas, entre os diferentes sujeitos e grupos culturais. A interculturalidade orienta processos que tem por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los. (2006, p. 18-19)

Com base na ampla conceituação para intervenção no espaço escolar adotou-se a concepção de interculturalidade para orientar as reflexões sobre os processos que têm por base o reconhecimento do direito a diferença.

Assim, a tarefa educativa numa perspectiva intercultural não é a de reproduzir o já encontrado, e sim, incentivar que os sujeitos possam intervir livres e autonomamente em seu entorno e em sua cultura e não simplesmente serem determinados por eles. Sobre esta temática Fleuri afirma que:

Atuar com educação intercultural é um processo de intervenção contínua nas relações entre teoria e prática, entre os conceitos e suas múltiplas significações, oriundas do diálogo entre diferentes padrões culturais de que são portadores os sujeitos que vivenciam o processo educativo, recuperando a visão complexa e sistêmica de todas as produções de conhecimento. É a busca pela ruptura de uma visão de escola como reprodução e resistência para ir além dessa visão assumindo os espaços educativos como produtores e legitimadores de formas de subjetividade e de modos de vida. (2003, p. 83 - 84).

A construção de uma escola indígena específica, intercultural e de qualidade, tem como princípio a troca dos modelos assimilacionistas pela implantação de programas de educação escolares que estejam a serviço das comunidades. Sendo a escola um espaço de fronteira, que segundo Tassinari (1992) é entendida como um ambiente de trânsito, articulação e troca de conhecimentos, assim como espaço de incompreensões e de redefinição identitárias dos grupos envolvidos nesse processo, como no caso dos povos indígenas.

É dentro da perspectiva intercultural, de apropriação e ressignificações que a intervenção da Educação Física está sendo pensada no contexto das diferentes culturas indígenas, com possibilidades de incorporar conhecimentos que possibilitem visualizar a educação intercultural dando um novo sentido aos conteúdos curriculares.

Esta temática também aparece em textos oficiais que orientam os professores de Educação Física, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais que apresentam o conceito de cultura compreendido como produto da sociedade, da coletividade à qual todos os indivíduos pertencem, produzindo e reproduzindo cultura. (PCN's, 1997)

Os Parâmetros Curriculares para a Educação Fundamental trazem a pluralidade cultural expressa em um dos temas curriculares nos Temas Transversais e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais, específicos da

Educação Física, constam orientações para se trabalhar a pluralidade cultural, na intenção de se produzir novas estratégias e ações que construam identidade e reconhecimento das diferenças. Com a orientação de promover a formação de cidadãos críticos, participativos e com responsabilidade social. (PCN's, 1997)

No entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam como ponto negativo o fato de elegerem como conteúdos a serem desenvolvidos, privilegiadamente os jogos e esportes, não contemplando os outros temas propostos com propósito de compreender e explicar as práticas corporais dentro do seu contexto histórico-social.

Mas, como principal avanço dentro dos textos que tratam da Educação Física na Escola Indígena encontramos o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998), que foi desenvolvido pelo governo federal e que desempenharia o papel dos PCN's em vista de oferecer apoio à formação dos professores indígenas e a construção dos currículos das escolas indígenas no país, conferindo autonomia para a promoção de uma escola diferenciada e elaboração dos processos próprios de aprendizagem.

O RCNEI propõe que sejam respeitadas suas particularidades e a originalidade de linguagens, valores, símbolos e estilos diferentes de comportamento que foram criados e recriados em seu contexto histórico e social peculiar.

Entretanto, mesmo apresentando propostas diferenciadas para a disciplina de Educação Física, deixa transparecer que a mesma reproduziria o modelo da escola dos não-índios, ou seja, justifica a Educação Física escolar voltada para a manutenção da saúde afirmando que, a saúde das pessoas depende, dentre outras coisas, de que elas movimentem seus corpos de modo regular e adequado, confundindo assim Educação Física com atividade física.

Ressalta-se que historicamente os objetivos e as propostas educacionais da Educação Física foram se modificando devido à influência que as distintas civilizações exerceram sobre ela ao longo dos séculos.

Algumas dessas tendências no Brasil marcam momentos históricos retratando sob diferentes paradigmas o papel da Educação Física, trazendo em seu bojo concepções corporais e valores ideológicos, notadamente dirigidos pela necessidade do pensamento dominante na época.

Até 1930 predominava a Educação Física Higienista com a função moralizadora e higiênica, estratégia para a edificação de corpos saudáveis, instrumento que impediria a degeneração da raça e cultivaria valores.

De 1930 a 1945 se consolidou a Educação Física Militarista, como suporte ideológico para promover o País por meio do êxito no esporte, neste contexto a função da Educação Física passa a ser voltada ao desporto de alto rendimento.

De 1945 a 1964, imperou a Educação Física Pedagogicista que objetivava através da recreação e dos jogos o desenvolvimento psicomotor do aluno, afastando da escola o esporte de alto rendimento. E após 1964 predominou a Educação Física Competivista.

A partir de estudos científicos e sob a influência das teorias críticas, diferentes respostas têm sido formuladas para tentar encontrar o "caminho" que a Educação Física deve seguir na busca de uma prática pedagógica que atenda todas as suas necessidades em sua intervenção na sociedade e em oposição à vertente mais tecnicista.

Para Darido (2003), atualmente coexistem na área da Educação Física várias concepções, todas elas tendo em comum a tentativa de romper com o modelo mecanicista a partir, especialmente, do final da década de 1970. São elas: abordagem desenvolvimentista, construtivista-interacionista e crítico-superadora. Estas são, provavelmente, as mais representativas, embora outras abordagens transitem pelos meios acadêmicos e profissionais, como por exemplo, a psicomotricidade e a crítico-emancipatória.

Ao longo da história da educação brasileira, a Educação Física tem sido palco de debates, conflitos e negociações acerca do seu papel na escola, como pode-se perceber nas considerações do Coletivo de Autores, ao afirmar que,

(...) na perspectiva da reflexão sobre a cultura corporal, a dinâmica curricular, no âmbito da Educação Física, tem características bem diferenciadas das da tendência anterior. Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: Jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. (1992, p. 38)

Apesar dos avanços na área da Educação Física, principalmente, quanto às concepções que norteiam a prática pedagógica do professor, muitas vezes os professores de Educação Física que têm atuado em escolas indígenas são encaminhados pelas secretarias de educação sem uma prévia formação e material didático apropriado para atuar nesses espaços, e iniciam suas aulas a partir das experiências adquiridas na escola não indígena, que por sua vez estão pautados em tendências conservadoras, nas quais o principal conteúdo é o esporte.

Esses professores acabam agravando a situação, pois diante das dificuldades encontradas em adequar suas aulas à cultura indígena, ele acaba reproduzindo as práticas corporais ocidentais hegemônicas ou as práticas corporais indígenas sem a mínima consideração com um dos princípios fundamentais da escola indígena, o da interculturalidade.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PARÁ

No Estado do Pará, a educação escolar indígena teve início em 1989, a partir do projeto Parkatêjê de um convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Educação, a Fundação Nacional do Índio (Regional Marabá), a Companhia Vale do Rio Doce e o povo Parkatêjê, com a finalidade de atender indígenas em nível de ensino fundamental. (SEDUC/PA, 2010)

Atualmente, o atendimento aos indígenas em nível fundamental e médio é realizado pelas Semed's e pela Secretaria de Estado de Educação respectivamente, conforme a demanda apresentada pelas lideranças indígenas em diálogo com o governo do estado.

Em 1995 foi criada a Seção de Educação Escolar Indígena como parte integrante da Divisão de Currículo da Diretoria de Ensino Fundamental, atual Coordenação de Educação Escolar Indígena que faz parte da Secretaria Adjunta de Ensino e tem atribuição principal de estabelecer diretrizes estaduais e assegurar a execução das políticas públicas educacionais da SEDUC.

Em termos de legislação o Pará tem a resolução nº 880 de 16 de outubro de 1999, que apresentam as normas para estruturas e funcionamento das escolas Indígenas junto ao Sistema Ensino do Pará e a Resolução nº 252 de 17 de abril de 2000, que aprova estruturas curriculares unificadas para o ensino

fundamental de 1ª a 8ª séries e em ciclos do 1º ao 4º, adotadas pela rede de escolas indígenas no estado.

No Brasil o estado do Pará apresenta umas das maiores populações indígenas, atualmente tem mais de 50 mil índios divididos em 55 povos indígenas, falantes de 28 línguas classificadas. São mais de 11 mil estudantes índios, quase 500 professores divididos em 11 escolas estaduais e 105 escolas municipais, na Educação Infantil, Ensinos Fundamental, Médio, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todas as regiões do Estado.(SEDUC/PA, 2010)

No entanto, apesar das ações empreendidas pelo governo do estado, este ainda é um número pequeno de ações a respeito da educação e da formação de professores, pois apenas em 2009, depois de anos de lutas, reivindicações e conferências, os povos indígenas do Pará comemoraram a implementação do ensino médio nas aldeias.

Com uma demanda inicial para o ensino médio indígena de 336 alunos, que estavam há mais de dois anos, pelo menos, esperando para dar continuidade aos seus estudos, esta ação proporcionou o acesso à educação inclusiva nas aldeias sem precisar deslocar estes povos para longe de suas culturas e atividades. No mesmo período teve início um curso de formação voltado aos professores não índios, para trabalhar nos municípios onde a modalidade de ensino Médio Modular e Integrado tiveram início.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA ASURINÍ DO TROCARÁ: TRAJETÓRIAS E REFLEXÕES

Para concretização desta pesquisa, foram realizadas visitas na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e na Secretaria Municipal de Educação do município de Tucuruí (Semed), para levantamento de dados em seus documentos, assim como entrevistas junto aos alunos de Educação Física da Escola Asuriní do Trocará.

Para tanto, utilizou-se o enfoque teórico crítico-dialético, em vista de compreender a sociedade indígena tomando como base as condições materiais e econômicas da existência que influenciam nas escolhas dos conteúdos e metodologias utilizadas nas aulas de Educação Física na escola Asuriní.

Esta se caracterizou como tipo de estudo explicativo, em vista de determinar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno. Logo, procurou-se registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, no intuito de identificar seus fatores determinantes e suas causas.

A investigação caracteriza-se por ser de campo, pois o interesse da mesma esteve voltado para o estudo dos indivíduos, grupos, comunidades, instituições, ou outros e assim compreender os diversos aspectos da sociedade e obter informações em forma de conhecimento para atender aos objetivos propostos. Deste modo, foram incluídos na pesquisa sete alunos, destes quatro são meninos e 3 são meninas que frequentam as aulas de Educação Física na aldeia Asuriní do Trocará de maneira randômica, sendo os demais excluídos.

Assim, foram seguidas as três etapas apresentadas por Chizzotti (2010) na execução da pesquisa de campo: a primeira foi estabelecer um programa de trabalhos prevendo um cronograma de atividades, programando a duração de cada etapa e seu custo global.

A segunda foi a coleta de dados, em que se realizou a entrevista de acordo com os objetivos da pesquisa. E a terceira foi a análise dos resultados, em que se classificou, categorizou os dados descrevendo-os e analisando-os para chegar às conclusões a respeito das questões a investigar.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, que permitiu analisar com mais segurança a pesquisa e poder assim alcançar os objetivos da mesma, respeitando todas as informações com uma maior fidedignidade. Para Strauss (2008, p. 23-24) “o termo pesquisa qualitativa quer dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação.”

Após a coleta de dados as informações foram analisadas através do procedimento de Análise de Conteúdo, que envolveu a análise do conteúdo das mensagens coletadas durante as entrevistas e a busca do significado das mesmas, objetivando a compreensão crítica, o sentido das comunicações, as significações explícitas ou ocultas.

Para tanto, foram respeitadas as três etapas básicas apontadas por Bardin (apud Triviños, 1987) que são: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. A pré-análise em que simplesmente foi feita a organização do material; a descrição analítica, na segunda fase do método de

análise, o material de documentos que constitui o *corpus* é submetido a um estudo aprofundado, orientado este, em princípio, pelos objetivos e referenciais teóricos. E a última fase de interpretação referencial, apoiada nos materiais de informação, que se iniciou já na etapa da pré-análise alcança agora sua maior intensidade.

Neste tipo de pesquisa não é possível que se detenha a atenção exclusivamente no conteúdo manifesto nos documentos, por isso buscou-se aprofundar a análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles apresentavam.

A partir dos dados levantados obteve-se melhor conhecimento sobre o povo indígena Asurini do Trocará e o desenvolvimento da Educação Física em sua escola.

O povo Asuriní do Trocará, atualmente residente no Igarapé Trocará, um afluente de Rio Tocantins, tem um antigo histórico de contato com os não-índios se comparados aos outros grupos Tupi da região, estando localizada 24 km ao norte do município de Tucuruí. Este povo foi escolhido para realização da pesquisa porque faz parte do território etno-educacional Tupi estudado pelo observatório da educação escolar indígena, do qual participo como bolsista.

Segundo dados fornecidos pela SEMED de Tucuruí e SEDUC/ Pará, o ano de implantação da primeira escola indígena na aldeia Asuriní foi em 1995, sendo a SEMED a responsável pela escola municipal e apenas em 2010 houve a implantação da primeira escola estadual na aldeia sobre a responsabilidade da SEDUC, após anos de reivindicação.

Conforme as informações coletadas trabalham na educação escolar indígena Asuriní oito professores, deste total um não tem formação, no entanto, ele trabalha apenas no laboratório de informática, três possuem o magistério indígena e quatro possuem nível superior.

A estrutura curricular, adotada atualmente pela Seduc/PA, obedece a uma grade unificada para o ensino fundamental e 1ª a 9ª anos e em ciclos 1º ao 4º, a qual passou a vigorar a partir de 2000, como previa a resolução nº 252 de 17 de abril de 2000 que cria, em âmbito estadual, estruturas curriculares para as escolas indígenas mantidas pela SEDUC/PA. (SEDUC/PA, 2010)

A demanda de alunos na aldeia Asuriní para as séries iniciais do ensino fundamental é de 178 estudantes, para as séries finais do ensino fundamental e de 43 alunos e para o ensino médio é de 17 estudantes.

O currículo utilizado na escola Asuriní está organizado por disciplina de acordo com o currículo regular da zona urbana do município de Tucuruí, a grade curricular é composta por uma base comum que compreende Língua Portuguesa, Língua Indígena, História e Geografia, Ciências, Matemática, Ensino das artes e Educação Física e uma base diversificada com Estudos Amazônicos e Cultura e Identidade. (SEDUC/PA, 2010)

Apesar da falta de formação específica dos professores que ministram aulas de Educação Física na aldeia Asuriní, esta é uma disciplina ofertada regularmente em ensino Modular com carga horária de 80h, possui horário para aulas e a mesma é ministrada normalmente em sala de aula, no pátio da escola e principalmente no campo de futebol. No entanto, de acordo com os dados coletados nas secretarias, durante os raros cursos de formação oferecidos aos professores não existe formação referente à Educação Física.

Com relação à produção de material escolar específico, existe um projeto em andamento para os Asuriní, coordenado por uma professora da Universidade Nacional de Brasília, o que demonstra um avanço, pois representa uma perspectiva de material específico para aldeia. Por enquanto o material didático utilizado nas aulas é produzido pelo professor da disciplina.

Sobre a utilização do RCNEI os professores não empregam o mesmo ou outros documentos norteadores para educação escolar indígena, o que representa uma perda para a comunidade, porque apesar dos motivos apresentados no RCNEI para implementação de um currículo escolar de Educação Física na educação escolar indígena serem voltados em sua maioria para manutenção da saúde, este documento ainda representa um avanço, pois foi elaborado para colaborar no processo de práticas diferenciadas e específicas, contribuindo para a construção de modelos curriculares que atendam às necessidades e realidades das diferentes comunidades indígenas. Este fato pode ser decorrente dos raros cursos técnicos, seminários e ou formações específicas que são oferecidos aos professores da aldeia Asuriní.

Segundo os alunos em entrevista feita sobre a escola indígena Asuriní referente aos conteúdos, os mesmos relataram que o professor de Educação

Física ministra aulas apenas de futebol, vôlei, handebol, natação, corrida de 100m e 500m e também ginástica corretiva. Um único aluno da oitava série quando indagado se lembrava de alguma aula de jogos tradicionais nos relatou:

(...) eu me lembro que teve uma aula de arremesso de lança, mas sempre o professor começa na sala de aula fazendo perguntas sobre a Educação Física e depois faz aquecimento e vamos pro campo jogar bola e quem não quer vai jogar vôlei.

Outro aluno quando indagado sobre o mesmo tema afirmou:

(...) o professor dá a bola e fica vendo a gente jogar debaixo da árvore.

Conteúdos como ginástica, dança, lutas ou de identidade cultural não fazem parte dos conteúdos ministrados pelo professor da disciplina. Até mesmo porque segundo os próprios alunos eles nunca contestam as aulas propostas.

Apesar de não ministrar conteúdos próprios da cultura indígena os alunos afirmam que o professor sempre fala da importância da preservação das tradições. Quando indagados se eles percebem se o professor recebe formação específica para trabalhar junto aos povos indígenas, um aluno da sexta série nos afirmou:

(...) Eles não têm formação para atuar juntos com a gente, mas como a gente os recebe bem, com o tempo eles aprendem a nossa cultura.

De acordo com os alunos do ensino médio, apenas uma professora que ministra aulas de português e inglês realizou uma gincana de resgate cultural em que propôs que eles pesquisassem suas tradições, segundo a fala de um deles:

(...) A professora mandou saber da história das danças e arco e flecha com nossos pais e ou com os mais velhos da aldeia e fez a relação da nossa cultura e a do branco. E depois fez a gente apresentar tudo para os alunos do ensino fundamental.

Apesar de na maioria dos povos indígenas as tarefas entre homens e mulheres serem distintas, na organização das aulas, o professor não separa meninos e meninas. As atividades são realizadas conjuntamente.

Sobre os espaços utilizados os alunos relataram que algumas das aulas iniciam em sala, onde o professor realiza aulas “teóricas” e posteriormente passa para aula “prática”, que iniciam com um aquecimento em que constam exercícios calistênicos e corridas e depois começam os jogos, preferencialmente com futebol ou o vôlei. As aulas “práticas” são realizadas em áreas livres ou no campo de futebol.

Como recurso para aulas os professores contam apenas com uma bola e uma rede de vôlei e alguns cones, para que as partidas de futebol aconteçam os alunos procuram quem possua bola própria e possa emprestá-la.

Em 2011, a prefeitura de Tucuruí implantou um projeto intitulado “Zico 10”, que visa despertar o prazer das crianças e jovens para a prática do futebol na aldeia na busca e na formação de atletas. Foram ofertadas 100 vagas para meninos de 10 aos 17 anos. O professor de Educação Física que participa do projeto atua como técnico e não é o mesmo que leciona a disciplina na escola.

Outro projeto intitulado “Segundo Tempo” também foi desenvolvido na aldeia, no entanto, apesar de ter por finalidade desenvolver apenas jogos de identidade cultural, de acordo com relato de um dos professores que desenvolveu o projeto por seis anos junto ao povo Asuriní, aulas e partidas de futebol tiveram que ser desenvolvidas depois de muitas solicitações e para que o projeto atraísse o público.

Com relação à implantação destes projetos na aldeia os alunos avaliam de maneira positiva porque acreditam que apesar de não substituírem as aulas de Educação Física, eles complementam a disciplina, pois sempre incentivam a prática de atividades esportivas e acabam afastando muitos do ócio, da bebida e ainda melhorando o desempenho dos mesmos na escola.

CONCLUSÃO

Atualmente a escola indígena é pensada, como um espaço de apropriação dos conhecimentos da cultura oficial dominante, necessários à sobrevivência sócio-econômica-cultural autônoma, mas também, como espaço

de transmissão e reflexão de conhecimentos, sempre respeitando e valorizando os espaços tradicionais de educação local.

Apesar do aparato legal, constata-se uma defasagem entre o avanço do discurso e a legislação sobre a educação escolar indígena, e a realidade de grande parte das escolas e programas educacionais oficiais oferecidos.

Constatamos este fato quando verificamos que apesar da oferta da educação escolar bilíngüe e que reconhece a diversidade cultural, não se respeita o princípio da interculturalidade, que consiste no diálogo entre as diferentes culturas. Pois a grande maioria dos professores da escola Asuriní são não-índios e que para estes não são oferecidos cursos de formação específica para trabalhar com povos indígenas, o que acaba reforçando o ensino de conteúdos desarticulados da cultura local.

Em se tratando da área da Educação Física, acreditamos que a mesma trabalha, com conhecimentos que fazem parte dos conteúdos da cultura corporal, que se acumulam ao longo do tempo e que se transmitem numa determinada sociedade, e que nessa perspectiva deve ser tratada na escola indígena.

Contudo, estudos apontam que do povo com menor relação até aqueles que sofrem maior influência da sociedade não-indígena, os esportes marcam presença constante e após o contato sistemático com a sociedade envolvente há indicação da substituição dos jogos tradicionais pelos jogos dos não-índios, principalmente o futebol.

O esporte é um fenômeno recente nas aldeias, que passou a integrar quase todas as sociedades humanas, e irrompeu também na sociedade indígena devido ao grande interesse manifestado pela maioria desses povos, que vem se alastrando via mídia e relações de contato, adentrando de múltiplas formas o universo étnico dos grupos.

E o que se observa na escola Asuriní não está longe dessa realidade. Os esportes, particularmente o futebol são o principal conteúdo das aulas de Educação Física.

A prática deste esporte, quase diária, na comunidade, a intimidade com torneios, treinamentos, regras internacionais e a escolha do professor por lecionar preferencialmente conteúdos esportivos durante as aulas, levam os alunos a confundirem o esporte como as aulas de Educação Física, que por

vezes, utilizaram o termo esporte como sinônimo desta. Já que mesmo quando eles têm a oportunidade de vivenciar atividades de afirmação cultural o futebol precisa estar presente como um conteúdo.

O próprio RCNEI (1988) destaca os conteúdos considerados atraentes as comunidades indígenas, e apresenta os conteúdos referentes ao esporte, sendo os jogos com bola os mais praticados. E evidencia ainda, a admiração dos índios pelo futebol da seleção brasileira e dos clubes profissionais.

Mas as aulas de Educação Física precisam ser vistas como um locus de diálogo intercultural, onde a sua cultura e o saber não índio são valorizados e aproveitados igualmente. O currículo da Educação Física pode e deve ajudar na formação de alunos capazes de contextualizar e refletir sobre tais situações de conflitos relacionados às culturas corporais indígenas, proporcionando a compreensão do mundo em que vivem e as relações de poder, as quais são submetidos.

Por fim, apresento a relevância desta pesquisa para a formação em Educação Física, pois amplia os conhecimentos na área sobre os estudos interculturais. Nesse sentido, afirma-se a necessidade da continuação de estudos nesta área e aponta-se a necessidade da formação específica de professores de Educação Física para atuar nas aldeias dentro do princípio da interculturalidade, sejam eles indígenas ou não-índios, desde que estejam comprometidos com a comunidade, com a tradição e saberes do povo, que falem a língua, que sejam pesquisadores, criativos, críticos e que participem do cotidiano da aldeia.

ABSTRACT

PHYSICAL EDUCATION IN SCHOOLS OF INDIGENOUS ASURINÍ DO TROCARÁ

This study aimed to analyze the Indian Education at school Asuriní of the section, was investigated for both, as is the discipline lies in the curriculum of the secretaries of education, as is the process of teaching and learning in school and how Asuriní Physical Education and developed in it. Nowadays, the school was compounded by the indigenous peoples to struggle for social rights. Thus, this space should be directed to the values and worldview of these people, which foster educational principles different from other schools in the education system should seek to meet the specific needs of each indigenous people. For the development of the research were

interviewed seven students in the school Asuriní so we used the critical-dialectical approach, design of field study and a qualitative approach. The technique of data collection used semi-structured interviews and analysis of data was done by analyzing the content. It was found that the daily practice of football in the community and the choice of teacher for sports content during class does not realize an education guided by the principle of interculturality.
KEYWORDS: Physical Education; Curriculum Intercultural; Indigenous School.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 3/99**. Diário Oficial da União, Brasília: 1999. Seção 1. 19p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: 2002.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física terceiro e quarto ciclo**. Brasília: 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: 1993.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: 1997.

_____. **Constituição 1998**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação Intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STRAUSS, Anselm; CORBIN Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**; traduzido por Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação. In: SILVA, Aracy Lopes; Ferreira, Mariana Kawall Leal (Org.). **Antropologia história e educação: a questão indígena e a escola**. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.